

# Histórias de luta: a representação das guerrilheiras do Araguaia em Resistência e o Estado de São Paulo (1970-2000)

Fight Stories: the representation of the Araguaia guerrilha women in Resistencia and O Estado de São Paulo (1970-2000)

**Izabella Cardoso da Silva Campagnol**

Doutoranda em História  
Universidade de São Paulo (USP)  
iza.cardosog@gmail.com

**Recebido:** 23/05/2023

**Aprovado:** 20/11/2023

**Resumo:** Neste artigo, pretende-se verificar como dois periódicos veiculados no período entre 1970 e 2000 representaram diferentemente as guerrilheiras participantes da Guerrilha do Araguaia, experiência de luta armada rural ocorrida entre 1966 a 1974, na região Sul do Pará, Goiás e Maranhão. Por meio da análise das tensões políticas verificadas no período, propomos compreender como as guerrilheiras foram retratadas, levando também em consideração a memória hegemônica construída a respeito da ditadura ao longo dos anos e as questões de gênero implicadas no período.

**Palavras-chave:** Guerrilha; Imprensa; Gênero.

**Abstract:** In this article, we intend to verify how two periodicals published in the period between 1970 and 2000 represented differently the guerrilha women participating in the Guerrilha do Araguaia, an experience of rural armed struggle that took place between 1966 and 1974, in the Southern region of Pará, Goiás and Maranhão. Through the analysis of the political tensions observed during the period, we propose to understand how the guerrilhas were portrayed, also taking into account the hegemonic memory built about the dictatorship over the Years and the gender issues involved in the period.

**Keywords:** Guerrilas; Press; Gender.

## Introdução

Em seu apartamento na área central de São Paulo, Crimeia Alice Schmidt de Almeida conta de seus arquivos referentes à Guerrilha do Araguaia: ela tem tudo arquivado em um computador. São

nomes de torturadores e oficiais que atuaram no combate à guerrilha, e a pesquisa está voltada para a reunião de indícios que levem à localização dos corpos dos desaparecidos no Araguaia.

Crimeia<sup>1</sup> foi uma das guerrilheiras do Araguaia, luta armada rural ocorrida no Sul do Pará e encabeçada pelo PCdoB, entre os anos de 1972 e 1974. Com 21 anos na época, chegou à região alguns anos antes do início dos combates com o Exército, em janeiro de 1969<sup>2</sup>.

Não foi, porém, a única mulher. Do total dos 69 guerrilheiros recrutados, 18 eram mulheres, representando 26% dos militantes empenhados na tarefa. Eram elas: Luzia Reis Ribeiro, Helenira Resende, Dinaelza Santana Coqueiro, Dinalva Oliveira Teixeira, Elza Monnerat (que não atuou na guerrilha, mas era membro do Comando Central do partido), Maria Lucia Petit da Silva, Crimeia Alice Schmidt de Almeida, Suely Kanayama, Lucia Maria de Souza, Luiza Augusta Garlippe, Jana Moroni Barroso, Aurea Valadão, Maria Celia Correa, Regilena da Silva Carvalho, Lucia Regina Martins, Telma Regina Corrêa, Walquíria Afonso Costa e Rioko Kayano (CORREA, 2013).

Uma das temáticas mais importantes relacionadas a essa guerrilha, é a luta dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos para encontrar os corpos de seus entes queridos. Em prol dessa luta, foram organizadas as primeiras Caravanas do Araguaia, a partir dos anos 1980. A luta dos familiares não para, porém, nas caravanas. Em 1982, uma ação foi movida contra a União Federal e depois apresentada em 1985 perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, dando ensejo à condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A justificativa foi a detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas (entre guerrilheiros e camponeses), do mesmo modo que condenava o fato de não ter havido uma investigação penal sobre os fatos, e sem que tenha havido por parte do Estado brasileiro, qualquer reconhecimento a respeito do paradeiro das vítimas, que são 64 desaparecidos políticos indicados pelo relatório da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (BRASIL, 2014).

---

<sup>1</sup> Crimeia Alice Schmidt de Almeida é uma ex-guerrilheira do Araguaia, enfermeira formada, iniciou seus estudos na década de 1960 pela Escola Ana Nery, da UFRJ, onde também intensificou sua militância política no movimento estudantil e no Pcdob. Foi presa política, tendo seu único filho na prisão. Depois da prisão, retoma sua vida em São Paulo, sem nunca ter abandonado a militância política. Ao lado da irmã, Maria Amélia Teles, funda a União de Mulheres de São Paulo, em 1981. Entrevista à autora, 26/06/2023.

<sup>2</sup> Entrevista à autora concedida em 26/06/2023.

Neste artigo, pretendemos apreender como as guerrilheiras que participaram da Guerrilha do Araguaia foram representadas por diferentes jornais. Escolhemos comparar as perspectivas presentes em dois periódicos, isto é, um de esquerda conhecido como *Resistência* e um de direita, o *Estado de São Paulo*. Algumas reportagens datam dos anos 1970 e outras, dos anos 2000. Pretendemos com isso perceber como foi modificada a memória relacionada ao evento ao longo dos anos; memória esta que acompanha aquela hegemônica presente na sociedade brasileira<sup>3</sup>. Entendo a memória hegemônica como aquela que se destacou na sociedade brasileira a respeito da ditadura militar, ao longo dos anos. Sabemos que diferentes memórias circulam nas sociedades, de acordo com os grupos que as constroem e modificam, processo este que envolve tensões e diferentes embates políticos entre os grupos civis e militares.

O conceito de “memória hegemônica” será utilizado neste artigo, pois acredito que ele é útil para compreender mudanças substanciais na própria sociedade brasileira durante o regime militar e nos auxilia a compreender as representações a respeito das mulheres guerrilheiras nos jornais analisados. Para compreender a memória construída acerca da atuação feminina na guerrilha, fonte privilegiada para o historiador são os artigos de imprensa que trataram dessas mulheres.

A respeito da metodologia a ser usada para análise das fontes, o artigo *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*, de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) será útil. Para as historiadoras, ao trabalharmos com esse tipo de fonte, é necessário entendê-lo como parte do social, e deste modo, articular as relações necessárias entre a sociedade e a imprensa, não a entendendo como um espelho, mas como “prática constituinte do social” que define funções, ações e interpretações pertinentes a um determinado grupo (CRUZ e PEIXOTO, 2007). Não se trata apenas de considerar que as mídias esboçam uma opinião, mas que contribuem para a constituição de consenso e posicionamentos em relação a temas e atuações políticas. A imprensa pode configurar-se como uma aglutinadora de projetos e em muitos casos torna-se lugar de articulação de tais projetos. Deste modo, não seria possível analisar séries de artigos presentes nos periódicos sem considerar o projeto editorial defendido por eles, desvendando sua historicidade e

---

<sup>3</sup> Para Marcos Napolitano “a memória hegemônica diz respeito à memória dominante ao longo das décadas sobre o regime militar. Ao longo dos anos, a memória produzida pela imprensa a respeito da ditadura foi modificada, de acordo com interesses próprios desta sociedade. Quando uso o termo memória hegemônica me refiro a essas mudanças enfrentadas pela sociedade brasileira a respeito de seu passado” (NAPOLITANO, 2015, p. 24).

perspectivas, sendo possível a apreensão da atuação do jornal em relação à conjuntura do momento em que está inserido. A partir daí, será possível compreender os movimentos dos jornais atuantes no contexto específico enquanto a análise do editorial deve considerar suas articulações com esse mesmo contexto.

Também as reflexões trazidas por Elizabeth Jelin no livro *Los trabajos de la memoria* serão úteis (JELIN, 2002). A autora distingue dois tipos de memória, as habituais e narrativas. Para seu trabalho, interessa a de segundo tipo, que segundo Jelin, são utilizadas para construir os sentidos do passado que usa diversos discursos para construir sua narrativa (*Ibidem*). Tratamos de situações em que a repressão atuou com mecanismos provocadores de interrupções, de silêncios e ocultações, sendo as narrativas aqui implicadas construções sociais. A memória é entendida como uma edificação social narrativa e enquanto tal, é necessário estudar quem narra as memórias e as constrói. Este movimento implica em compreender os processos de elaboração feita pelo grupo que dirige socialmente o processo de construção das memórias. Podemos dizer que a memória é produzida pelos grupos que conseguem materializar os sentidos do passado em “veículos de memória”, tais como livros, jornais, monumentos, filmes, etc. (*Ibidem*).

O passado está sujeito a interpretações ancoradas na intencionalidade e nas expectativas de futuro. Esses sentidos do passado são dados por agentes que se confrontam em lutas frente a diversos sentidos do mesmo. Tais grupos se confrontam para que tenham suas interpretações do passado aceitas pela sociedade. É importante então entender como “os processos e atores intervêm no trabalho de construção e afirmação das memórias”. Trata-se de investigar quem são esses atores, em quais termos tentam afirmar a legitimidade de sua verdade. É necessário focar nossa análise nas interpretações e sentidos do passado no processo no qual os relatos conseguiram se tornar hegemônicos e desbancar os demais discursos sobre o passado (*Ibidem*).

Maria Aparecida de Aquino em seu livro *Censura, Imprensa, Estado Autoritário* (1968-1978) analisa dois periódicos: *O Estado de São Paulo* (OESP) e *Movimento*. Na obra fica explícita a leitura a respeito do projeto ideológico defendido por ambos à época do golpe de 1964 no Brasil. Especialmente na análise do jornal *O Estado de São Paulo* a autora comenta a atuação política deste identificado com o liberalismo lockeano. (AQUINO, 1999). Seguindo tal perspectiva, não houve problema em apoiar o movimento golpista, uma vez que combatia as posturas excessivas de João

Goulart, em contrapartida de “ideias de liberdade”. A posição de OESP se justificava na medida em que seria expressão da “resistência da sociedade civil” contra a usurpação dos direitos naturais do cidadão, segundo a perspectiva do liberalismo de Locke (*Ibidem*). A análise realizada pela historiadora será utilizada nesta pesquisa, de modo a compreender a abordagem dada às reportagens selecionadas neste projeto a respeito da Guerrilha do Araguaia.

### **A bibliografia sobre mulheres e luta armada: um levantamento**

Se os estudos dedicados à história da Guerrilha do Araguaia, apresentam um enfoque mais voltado para a história da guerrilha em si, quando se trata da bibliografia sobre a luta armada, é possível encontrar uma preocupação maior em relação às mulheres envolvidas na resistência à ditadura.<sup>4</sup> Sobre esse assunto, destaco o pensamento de Colling. A autora defende que as mulheres militantes “se identificaram com o discurso masculino para se constituírem como sujeitos políticos, já que na luta política sua condição de gênero está subsumida no discurso de unificação dos sujeitos” (COLLING, 1997, p. 67). Os atributos identificados como masculinos eram a rigidez, dureza e seriedade, que deveriam ser assumidos por elas.<sup>5</sup> Desta forma, as mulheres “assumiram a dominação masculina ao esconder sua sexualidade numa categoria sem sexo” (*Ibidem*, p. 69). Para a autora, as mulheres assumiram a condição de militantes, prescindindo de sua condição de mulher. Ao mesmo tempo, as relações entre homens e mulheres diluíram-se na luta política, sem pensar nas questões de gênero<sup>6</sup>.

Outro trabalho importante sobre as mulheres na luta armada é *Mulheres, Militância e Memória*, de Elizabeth F. Xavier Ferreira (FERREIRA, 1996). A autora procura reconstruir a trajetória de 13 militantes em sua experiência de luta durante o Regime Militar. As mulheres consideravam que as organizações de esquerda eram regidas por princípios paramilitares, fator reforçado quando os

---

<sup>4</sup> Consultar: Wolff (2007, 2009); Bastos (2007); Cavalcanti Jr (2016); Colling (2017); Conradi (2015); Ribeiro (2018) e Insuela (2011).

<sup>5</sup> O aspecto identificado aqui como “masculino” diz respeito à construção social a respeito das posturas dos homens em nossa sociedade, entre elas, a ocupação do espaço público, como historicamente um lugar para homens.

<sup>6</sup> Colling afirma que apenas no final dos anos 1970 a questão da mulher passaria a ser debatida no Brasil. Além disso, em entrevista concedida à Izabella Cardoso da Silva Campagnol por Maria Amélia de Almeida Teles em 17/05/2022, os militantes do PCdoB, à época, diziam que a abordagem de questões relacionadas ao feminino quando levantada pelas mulheres era apontada pelos mesmos como uma preocupação secundária, própria de pessoas “alienadas”, nas palavras de Maria Amélia de Almeida Teles (COLLING, 1997).

comandos eram direcionados às mulheres. Poucas de fato foram as que assumiram posições de comando dentro das organizações e todas comentaram que havia grande diferença em relação à integração de homens e mulheres dentro dos partidos. Embora as regras afetassem todos, eram em especial as mulheres que precisavam superar os limites impostos por sua condição de gênero. Assim, para se afirmarem dentro dos movimentos, tinham não só de provar sua competência enquanto militantes, mas ultrapassar os limites impostos dentro da estrutura de gênero, que historicamente aparta as mulheres da plena participação na esfera pública.

Segundo Elizabeth Ferreira, todas as entrevistadas concordaram que aquelas que assumiram postos de comando precisaram assumir características “masculinizadas” (*Ibidem*). Isso quer dizer que eram dotadas de um perfil comumente associado aos homens à época.<sup>7</sup> Entretanto, apesar do controle que as organizações exerciam sobre elas, ocorreram muitas transgressões às normas impostas. Algumas desobedeceram às ordens para fazerem aborto, para não se relacionarem amorosamente com outros companheiros, de não terem filhos enquanto militassem nos partidos. Crimeia Schmidt de Almeida relata que seis meses após chegar ao Araguaia passou a manter um relacionamento com André Grabois, mantido em sigilo, pois ia contra orientações do partido. Ela conta que foi Elza Monnerat quem foi contra ao afirmar que “perderiam uma companheira, pois viver junto com alguém era deixar de ser militante” (*Ibidem*, p. 139). A isso, Crimeia reagiu fortemente, e ao engravidar, recusou o aborto, porque segundo ela “já havia se despojado de tudo”.

Sobre a bibliografia que trata das mulheres do Araguaia, podemos destacar alguns trabalhos mais recentes. Entre eles, o de Janaina de Almeida Teles (2014), Ana Maria Colling e Ary Cavalcanti (2019), e Ary Cavalcanti Junior (2018, 2020). Essas obras destacam que são diversas as lendas construídas sobre as combatentes no Araguaia<sup>8</sup>. Entre elas, muitas contam a respeito de uma guerrilheira em específico, Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, conhecida como Dina, que chegou ao posto de vice-comandante do Destacamento C (TELES, 2014).

---

<sup>7</sup> Sobre este aspecto, Colling, (1997, p.69) diz: “A mulher militante negava-se enquanto mulher como forma de ocupar espaços nas organizações de esquerda que se caracterizavam pelo domínio masculino. Esta condição evidencia-se com bastante clareza (...). As mulheres entrevistadas, na sua vontade de serem vistas somente como militantes, em detrimento de sua condição feminina, descuidavam de sua aparência pessoal. (...) A partir da militância política, passavam a ter outros valores, e o cuidado com a aparência pessoal não merecia lugar nesta nova visão de mundo. (...) [uma das entrevistadas pela autora] relata que foi se desligando desses valores não por protesto, mas pela falta de tempo e porque passava a ver a aparência como algo menor, sem importância.”

<sup>8</sup> Segundo Janaina Teles (2014), as lendas em torno de Dina encontravam respaldo na cultura mística camponesa, com inúmeras lendas regionais.

Sobre o papel ativo que as guerrilheiras desempenharam, a biografia *Guerrilheiras do Araguaia: o caminho de quatro jovens militantes*, de Veronica Savignano, Ianno Maia e Renata Dantas trata da importância de Luiza Augusta Garlippe, Telma Regina Cordeiro Correa, Walquíria Afonso Costa e Suely Kamayana para o processo. As autoras enaltecem o papel fundamental que cada uma delas teve para a consolidação da guerrilha no campo e a efetividade da luta política. (DANTAS, MAIA; SAVIGNANO, 2005)

Além desse aspecto ativo no combate às doenças, as guerrilheiras de modo geral, foram essenciais para a aproximação com as mulheres da região. Eram as responsáveis por iniciar primeiro o contato com as camponesas, cuja aproximação com os homens não era aceita, à época. Apenas por intermédio das mulheres é que os guerrilheiros poderiam acessar as demais camponesas. Na divisão das tarefas cotidianas, elas plantavam, colhiam e caçavam como todos, não tendo nenhuma diferenciação quanto à disciplina militar. Para os autores, as guerrilheiras se empenhavam como os companheiros do sexo oposto, uma vez que a rotina da vida camponesa era maçante e repetitiva, demandando determinação no trabalho diário de conquista da mata e mapeamento do terreno. As mulheres se mostravam mais “esforçadas” na adaptação e resiliência para lidar com o isolamento imposto a todos eles (MAIA, DANTAS e SAVIGNANO, 2005)

O livro *Guerrilheiras do Araguaia: caminho de quatro jovens militantes* é um livro-biografia da área do Jornalismo, lançado em 2005. As entrevistas realizadas para a produção do livro nos mostram o papel que cada uma das guerrilheiras teve ao atuar no Araguaia – assunto sobre o qual na historiografia pairam vários silêncios, dada a falta de documentos sobre o tema, ao fato de que durante muitos anos os sobreviventes não puderam falar sobre o Araguaia, e a ausência da produção de textos por parte dos próprios envolvidos no conflito. Os depoentes são, sobretudo, ex-militantes e familiares dos desaparecidos políticos. Obviamente, o livro biográfico também deve ser problematizado enquanto fonte histórica; porém, as diversas fontes a que tivemos acesso: artigos de jornais, entrevistas com Crimeia Alice Schmidt de Almeida e depoimentos de camponesas, nos permitem afirmar o papel ativo que as militantes tiveram na Guerrilha do Araguaia, concordando com a visão expressa no presente livro-reportagem.

### As guerrilheiras no *Resistência*

O periódico *Resistência* foi um jornal pertencente à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, uma entidade sem fins lucrativos. Circulou entre os anos 1970 e 1985, contando com mais de 40 edições publicadas, de tendência de esquerda, colocando-se na oposição à ditadura militar. (MELO e SARMENTO-PANTOJA, 2020).

No primeiro artigo sobre as guerrilheiras, do *Resistência*, intitulado “Encontrem Jana!”, de 1979, o pai da guerrilheira Janaina Moroni Barroso, de codinome Cristina, relata suas buscas em torno do paradeiro da filha. Benigno Girão Barroso foi a Marabá para colher informações sobre o desaparecimento da militante e responsabilizar os algozes envolvidos no assassinato dos guerrilheiros do Araguaia. Responsabiliza principalmente o general Hugo de Abreu pelo desaparecimento. Para Barroso:

Bom, responsabilizar o regime seria uma coisa que propriamente não tem estrutura, não é uma coisa. Eu responsabilizo por isso alguns generais mesmo. Então o grupo do general Hugo de Abreu, do general Fregomeni, do Medici, mesmo presidente. Esses são diretamente responsáveis por isso. Não é o regime em si, o regime é muita coisa ao mesmo tempo. (RESISTÊNCIA, 1979, p.31).

Na reflexão feita pelo pai da guerrilheira, é possível perceber o engajamento dos familiares de Jana a respeito de sua militância, bem como o entendimento de quem teriam sido os responsáveis pelas atrocidades cometidas contra os combatentes do Araguaia. Em 1979, já era de conhecimento da família que a filha havia sido assassinada pelos militares nos conflitos da guerrilha; era necessário então vir à público e cobrar das autoridades a responsabilização por seus atos, bem como a localização dos corpos dos desaparecidos políticos. Na mesma reportagem, Jana é descrita como uma militante aguerrida desde os tempos de escola: sua atuação em prol dos ideais de justiça social se expressou pela primeira vez ao denunciar os machismos manifestados pela direção da escola onde estudava (*Ibidem*). Em 1968, havia um movimento geral de contestação no mundo inteiro e a guerrilheira passou a se interessar por “problemas políticos”, “pelos problemas do homem pobre, no sentido de com ele trabalhar, para mostrar-lhe que também tinha direitos” (*Ibidem*).

A partir daí, o jornal informa que a militante passou a ter contato com pessoas de partidos de esquerda para prestar serviço aos pobres. Era a militância do grupo “Juventude Patriótica” (*Ibidem*). Já quando era estudante de Biologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, avisou a família de que iria para a clandestinidade, uma vez que o governo não permitia engajamento político. Foi aí que

Jana migrou para o Araguaia e os pais não souberam para onde exatamente havia se mudado. Após, a família se inteirou de seu paradeiro através de raríssimas cartas enviadas aos pais. Nelas, a jovem expressava seu contentamento com a nova tarefa, numa região fria, e em contato com o povo. Depois de 1972, a família não teve mais nenhuma notícia da filha. A jovem passara então para a lista dos desaparecidos políticos (MORAES e SILVA, 2005, p. 572).

Essa reportagem do periódico progressista trata da busca angustiante que a família Barroso empreende para saber do paradeiro da filha, provavelmente assassinada em meados de 1972, na região do Araguaia. Neste caso, a narrativa construída sobre a participação das mulheres na guerrilha é baseada na constatação de sua bravura e preocupação com a justiça social.

Em 1979, já havia sido iniciada a busca por informações sobre o paradeiro dos guerrilheiros desaparecidos no Araguaia, e em 1980, temos a primeira caravana de familiares à região. Conforme destaca Deusa Maria de Sousa (2011), as condições nas quais os familiares se empenharam para que fosse possível a empreitada envolveu inúmeros problemas. Na ocasião, os pais dos desaparecidos Maria Celia Correa e Elmo Correa iniciaram contato com outros familiares para que fosse possível comunicar que seu ente querido estivera no Araguaia, fato que foi endossado por várias famílias. Para apoiar a ida à região, cartas e textos foram enviados para autoridades, pedindo-lhes auxílio financeiro para a viagem. Para ajudar a custear as despesas, realizaram um livro de financiamento coletivo que pôde ajudar parcialmente a caravana. O evento foi utilizado para dar visibilidade ao caso e desmistificar a imagem dos guerrilheiros como vis terroristas, que pairou durante muito tempo na imprensa. (TELES, 2014).

Em outro artigo do *Resistência*, “Em busca do povo da mata”, de 1980, são narrados os fatos da primeira caravana dos familiares ao Araguaia. Na ocasião, os jornalistas do periódico acompanharam a missão e registraram informações valiosas dadas pelos camponeses e que também trazem destaque para as guerrilheiras:

Quando íamos chegando, se aproximou um rapaz, morador da Metade, José da Luz Filho. Às primeiras palavras, ele ficou emocionado. ‘A senhora é que é a mãe da Cristina?’, perguntou a d. Cirene Barroso, como se perguntasse sobre uma irmã ou sobre uma pessoa muito querida, para logo dizer que era muito amigo, que gostava muito dela e dos demais que tinha conhecido. (RESISTÊNCIA, 1980)

Ainda sobre as guerrilheiras, um dos moradores lembrou de Dinalva Oliveira Teixeira, conhecida como Dina, uma das guerrilheiras mais conhecidas na região:

Um motorista conta uma história importante. O Exército obrigou a emprestar seu carro, para ir buscar, presa que estava na mata a guerrilheira Dina (parteira boa), muito educada, tinha não sei quantos tipos de instrução de briga, brigava muito mesmo, relembra outro morador. (RESISTÊNCIA, 1980)

Na bibliografia sobre o Araguaia<sup>9</sup> e nos relatos dos moradores<sup>10</sup>, há um destaque para Dina, que por vezes é identificada como uma “borboleta” por sua capacidade de fugir de situações perigosas e driblar a astúcia militar, sendo uma das últimas militantes a ser assassinada pelo Exército, em setembro de 1974 (NOSSA, 2005). Janaina Teles, no artigo *Os segredos e mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972- 1974)* trata dos mitos acerca de Dina. A historiadora argumenta que o fato de Dina ter se tornado uma excelente atiradora é que lhe resultou a fama na região do Araguaia, incluindo as lendas construídas a seu respeito. Por diversas vezes, a guerrilheira escapou dos cercos militares e foi ferida em apenas uma das emboscadas antes de ser capturada. Tais lendas foram construídas de modo a explicar e enaltecer a atuação das guerrilheiras. Havia ao menos duas lendas que circularam na região, à época: a de que Dina se transformava em borboleta ou em fumaça para não ser pega pelos militares (TELES, 2014).

Sobre Dina, a mesma reportagem “Em busca do povo da mata”, destaca o ponto de vista sobre as lendas acerca de sua imagem: “Depois de o barco chegar uma moradora ainda conta estórias. Sobre Dina diz que eles [militares] atiravam e ela virava fumaça. Conforme esta senhora, ela foi uma das últimas a se entregar, estava completamente sozinha” (RESISTÊNCIA, p. 168, 1980).

A perspectiva expressa no jornal *Resistência*, um veículo de esquerda, procura representar a atuação feminina na guerrilha de modo ativo e considera o aspecto massacrante e injusto da repressão militar. Nesse artigo, podemos acompanhar a busca dos familiares pelos filhos e o desejo de encontrá-los vivos ou mesmo saber informações das condições de sua morte. Nos artigos levantados, é possível perceber o aspecto positivo da militância das mulheres descritas como fundamentais para a luta no campo e personagens-chave para a implantação da guerrilha. As lendas

---

<sup>9</sup> Acerca do tema, ver: Cavalcanti Jr e Colling (2021).

<sup>10</sup> Segundo Romualdo Pessoa Campos Filho: “As referências a respeito de Dina não são poucas; os moradores lembram-se dela quase que com a mesma dimensão com que falam de Osvaldão: eram dois elementos que os soldados tinham medo, a Dina e o Osvaldão.” (CAMPOS FILHO, 1997, p.80).

construídas sobre os militantes, e em especial, sobre as mulheres, demonstram a importância que elas tiveram em todo o processo.

É possível perceber que as guerrilheiras tiveram papel ativo na construção da guerrilha. Através das reportagens do *Resistência* foi percebido que os moradores da região, ao lembrarem-se das militantes, destacaram seu papel de atuação que é, aliás, bastante diferente da representação construída pelos militares e setores da sociedade civil na época da guerrilha. Percebemos isto em diversos momentos, como por exemplo, nos trechos acima citados do periódico e, em especial, na reportagem acima na qual um morador da região da Metade se emociona ao conhecer Cirene Barroso, mãe da guerrilheira Cristina. A emoção esboçada ao conhecê-la demonstra a importância que os militantes tiveram na região onde moraram durante a guerrilha. Também em entrevista concedida por Crimeia Alice Schmidt de Almeida à autora, há um destaque para a aprovação dos camponeses em relação aos militantes.

Crimeia destaca que, ao chegar ao Araguaia, serviu como “bula”, uma espécie de enfermeira que auxiliava a população local com diversos problemas de saúde e prescrevia os tratamentos adequados para os casos mais comuns, como terçã-maligna ou malária e outras doenças tropicais. Essas ações em conjunto ajudam a explicar o apreço que os lavradores tinham para com os guerrilheiros e contrariam visões que circularam em outros meios de comunicação e que procuraram construir uma imagem negativa sobre os “paulistas”, como eram conhecidos os militantes no Araguaia<sup>11</sup>.

A seguir, veremos alguns artigos da grande imprensa, que procuraram representar os guerrilheiros de maneira bastante negativa. Visão esta que encontra eco na sociedade civil da época quando se trata em abordar a questão da militância política contra a ditadura militar brasileira.

### **As guerrilheiras no jornal *O Estado de São Paulo***

Comparativamente, selecionamos também algumas reportagens sobre as guerrilheiras publicadas em *O Estado de São Paulo* durante os anos 1970 e 2000. O recorte se justifica na medida em que se pretende verificar de que modo foi modificada a memória hegemônica sobre a guerrilha. Nos artigos levantados desde o período de 1970 a 1994, existem diversas matérias que citam as mulheres.

---

<sup>11</sup> ALMEIDA, Crimeia Schmidt de. Entrevista concedida à Izabella Cardoso da Silva Campagnol, São Paulo, 26.06.2023.

Na reportagem “Guerrilha ainda é motivo de polêmica no Araguaia”, de 10.05.1994, há um destaque para a atuação de Dinalva Oliveira Teixeira. O artigo destaca:

Dina e Osvaldão eram os únicos guerrilheiros que ganharam fama por justificar traidores. Lembra José Alves da Silva, ex-informante do Exército. Conta que Dina chegou a matar um compadre, um trabalhador rural conhecido como Osmar, porque desconfiou que ele estava se bandeando para o lado dos militares. A Dina era perigosa e fez questão de dizer para o povo que foi ela que matou (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1994).<sup>12</sup>

Na primeira reportagem elaborada sobre a Guerrilha do Araguaia, datada de setembro de 1972, publicada no Estadão, também há um destaque para Dina descrita como “mulher brava, de liderança fácil”:

Terrorismo eles nunca fizeram antes (...). Só depois que o Exército chegou é que soubemos da condição verdadeira dos “paulistas”. Paulo jogava bola com a gente e nunca pensamos que fosse o que é. Mas as mães da cidade já tinham observado que havia qualquer coisa de estranho nessa convivência. Dina, *mulher brava e de liderança fácil*, lecionava numa escola primária de São Geraldo. Ministrava a seus alunos ensinamentos que até então ninguém conhecia em São Geraldo e Xambioá. Dina mandava as crianças terem fé nas pessoas e não em Deus. “Deus já lhe deu alguma coisa?”. Costumava perguntar. Sua presença era tão marcante na região que chegou a sombrear a de seu marido, Antonio, conhecido como Antonio da Dina. (DINA, 1972, grifos nossos).

Nesta primeira reportagem produzida sobre a guerrilha no veículo de grande circulação, temos um depoimento de um dos camponeses locais. O jornal traz a informação que foi Dina a guerrilheira que mais se notabilizou na região em razão da liderança que passou a exercer em São Geraldo e Xambioá. O artigo pretende reconstruir os passos dos guerrilheiros para a ocupação da área e as atividades que foram realizadas por eles. Ao chegarem à região em meados de 1966, os “paulistas” como eram chamados pelos locais, montaram roças e postos de comércio, como lojas de roupas e armazém à beira do rio.

Ao comparar os dois veículos de comunicação, percebemos que cada um apresenta uma perspectiva da guerrilha. Enquanto o *Resistência* enaltece o aspecto heroico da empreitada, *O Estado de São Paulo* apresenta uma visão negativa sobre os guerrilheiros e, principalmente, sobre as guerrilheiras, o que pode explicar o porquê de a matéria ter sido veiculada apesar da censura militar vigente naquele momento. Em abril de 1972, começaram as primeiras operações militares na região do Araguaia (BRASIL, 2014). No início da guerrilha, os confrontos militares e o contexto de

---

<sup>12</sup> “Guerrilha ainda é motivo de polêmica no Araguaia”. 20/05/1994. *O Estado de São Paulo*.

repressão geral da época contribuíram para que existisse uma visão negativa sobre os militantes de esquerda. Neste sentido, o jornal não fugia de visões comuns da época e representava as guerrilheiras como mulheres aguerridas à luta e pouco convencionais. Podemos pensar uma relação entre o início das primeiras operações no Araguaia e o interesse de um jornal de grande circulação inclinar-se para o fato.

As primeiras reportagens produzidas sobre a guerrilha apresentam um ponto de vista que mistura certa curiosidade sobre o evento, ao mesmo tempo em contribui para construir uma representação dos guerrilheiros como terroristas que atrapalhavam o progresso da nação. Vejamos a seguir algumas dessas reportagens.

Também no artigo “Araguaia: efetivo chegou a 6 mil” (1978). Dina aparece descrita como “a figura mais popular”. O artigo pontua que a popularidade da personagem se deve “às suas atitudes enérgicas, ao seu comportamento determinado e por tratar a todos como iguais”. Em mesmo artigo do período de 1972, o jornal chega a retomar como as mulheres contribuíram para a consolidação do atendimento à população local com “Dina - a mulher que mais se notabilizou no grupo pela liderança que chegou a exercer em Xambioá e São Geraldo – ativou uma escola na região.” Do mesmo modo, nos é informado que Antonio, Lúcia e Daniel “montaram uma loja de roupas e armazém à beira do rio.” Chama a atenção o fato de a mesma reportagem ter sido publicada duas vezes: uma em 1972 e outra em setembro de 1978, marcado pelo processo de transição em curso, envolto em inúmeras incertezas.

Para exemplificar melhor, nos concentremos em outro artigo a respeito das guerrilheiras, intitulado “Curió rompe o silêncio e fala sobre mortes no Araguaia”. O major revela que Dina teria morrido em 24 de julho de 1974, informação diferente daquela encontrada em outras fontes. Curió argumenta sobre a guerrilheira que ela teria importância, mas não tanta. Reconhece que havia também muitos mitos ao redor de sua personalidade. Mitos de que ela virava pomba, cupim – eram inúmeras as lendas sobre essa personagem, como vimos acima.

Ao refletir sobre as diversas memórias que circularam durante o regime militar, em especial, durante o governo Geisel, Rodrigo Patto Sá Motta destaca que há uma memória liberal que circulou durante aquele período (SÁ MOTTA, 2017). Tal memória pode ser definida como aquela construída por parte da sociedade e presente principalmente nos meios de comunicação da época. É

interessante pensar que no período entre 1974 a 1979, no governo Geisel, a memória liberal presente em diversos setores da sociedade legitimou a repressão política como algo autônomo, como se existisse de maneira isolada e sem relação com o esquema repressivo da ditadura, existente enquanto um sistema bastante ornamentado e prática de Estado, enquanto a sociedade seria a fatal vítima do impasse envolvendo militantes comunistas e a sociedade brasileira. Tal postura presente também no Estadão é endossada pela defesa feita por ele à eleição indireta de Geisel.

Desde 1973, o jornal já expressara sua preferência por Geisel. (*Ibidem*, 2017). Pouco antes de sua eleição, em 1974, OESP pendeu entre a ousadia de crítica aos militares e o apoio a eles. Apesar de ter sido censurado a partir de setembro de 1972, apoiou o golpe e preocupou-se apenas com a liberdade de imprensa desde que esta o implicasse. No entanto, havia uma grande preocupação a respeito da luta armada e a visão do jornal era de que ela atrapalharia o rumo democrático do país, sendo própria de países comunistas, posição que explica a representação presente no jornal sobre as guerrilheiras do Araguaia nos anos 1970 (*Ibidem*).

Passaram então a circular os debates a respeito da questão democrática em diversos meios de comunicação, ganhando a opinião pública. Tais mobilizações, segundo Napolitano, “implodiram os limites” da abertura política; tanto que o governo Geisel termina com o AI-5, a partir da Emenda Constitucional n. 11 (NAPOLITANO, 2014). O impulso promovido pelos movimentos sociais no sentido de alavancar a pauta democrática fez com que os liberais e conservadores fizessem acordos com os militares no poder e logo em seguida, a sociedade como um todo passou a pressionar para a promoção de uma democracia.

Deste modo, é possível dizer que havia uma forte pressão para que o regime militar perdesse suas bases de apoio. (*Ibidem*). Nos jornais analisados, principalmente no *Estado de São Paulo*, esse apelo se encontra presente na medida em que no período de abertura política, a representação das guerrilheiras e da guerrilha é mais positiva a partir dos anos 1980, atendendo a um desejo presente nos próprios movimentos sociais de que a democracia voltasse no país.

Após o processo de transição democrática, em outro artigo, de 20.06.2009 intitulado “Arquivo de Curió confirma relato de camponeses”, o então ministro da Justiça Tarso Genro defende que a guerrilha existiu de fato e implicou embates armados entre guerrilheiros e Estado, reconhecendo como legítimo o combate armado.

Interessante é outro artigo em que Crimeia de Almeida conta de sua busca em torno dos desaparecidos do Araguaia, entre os quais encontra-se o cunhado Gilberto Olímpio Maria, seu sogro Maurício Grabois e o marido André Grabois. O artigo retrata pontos vitais de sua vida como consequência da guerrilha e da busca pelas ossadas dos militantes – até hoje não localizadas. Outra reportagem, de 12.12.2004, reconhece que ela teve papel fundamental no processo de incursões no Araguaia, promovido pelos familiares das guerrilheiras. Também participou do movimento pela Anistia e reabertura democrática, sendo identificada como “uma das mais ativas articuladoras dos grupos de pressão para que outros [documentos] sejam colocados à disposição de familiares e sociedade”. De fato, Crimeia de Almeida possui um arquivo pessoal que reúne ao menos 300 documentos colhidos ao longo de sua trajetória política sobre o Araguaia, alguns inéditos e que ela coloca à disposição dos familiares e pesquisadores do tema.

É preciso destacar que, com as medidas de transição vivenciadas a partir de 1979, a pressão por parte da sociedade civil influenciou para que os debates sobre o apoio ou recusa ao regime militar se intensificassem. No bojo dessas discussões, a visão sobre a esquerda armada também foi modificada em razão das pressões sociais pró-democracia, a partir de 1990-2000. Naquele contexto, assumir o apoio do golpe militar passou a ser algo vergonhoso, pois era necessário esquecer o passado, “virar a página”, e evitar o revanchismo.

Assim, a visão expressa nos artigos acima citados e o interesse pelas mulheres guerrilheiras expõe a visão de certa legitimidade dos atos revolucionários – algo que não era reconhecido pelo *Estadão* nos anos 1970, uma vez que a violência militar era vista como ocasional e não-sistemática. As reportagens acima citadas exaltam, inclusive, o papel heroico de uma das guerrilheiras, Crimeia de Almeida, em torno das lutas em prol dos desaparecidos políticos, a partir do contexto democrático, pós-2000. Ao fazer isso, o jornal esboça uma visão positiva sobre as mulheres enquanto também circulavam na sociedade discursos pró-democracia, contra os militares golpistas. Ao mesmo tempo, tentava-se esquecer o passado de apoio ao golpe encampado pelo jornal.

### **A memória hegemônica sobre o regime militar**

De acordo com Marcos Napolitano, a memória hegemônica sobre a ditadura circulou nos meios de comunicação entre 1964 até 1974, e gradativamente passou a identificar a ditadura como

“lacuna histórica” (NAPOLITANO, 2015). Ocorria assim o distanciamento entre militares no poder e os setores liberais e os veículos que haviam apoiado o golpe começaram a se afastar substancialmente dos setores liberais. Para o historiador:

Houve desde o primeiro momento do regime uma clara e crescente dissociação entre os grupos militares que dominavam o Estado e boa parte da elite social. Nos anos 1970, parte da elite econômica rompeu com o regime (...). Assim, lideranças liberais, políticas e empresariais adensaram um discurso oposicionista e crítico ao regime, incorporando inclusive elementos do discurso da esquerda moderada (...). Essa dissociação permitiu a construção progressiva de um discurso crítico ao regime que logo se transformou em memória hegemônica e que fez convergir elementos do liberalismo com a crítica de esquerda. A melhor expressão dessa convergência é a relação ambígua da imprensa liberal, a mesma que pediu a cabeça de Goulart em 1964, com o regime (NAPOLITANO, 2014, p. 316).

Em nosso trabalho, compreendemos cada artigo de imprensa como uma parte da memória sobre o regime militar. Assim sendo, a narrativa sobre a atuação das guerrilheiras é possível de ser apreendida para estudar a memória sobre o regime, e nele, a narrativa sobre a atuação das mulheres na Guerrilha do Araguaia. Nesse sentido, a visão que podemos ver expressa em periódicos como OESP sobre o tema, é ambíguo: no momento em que foram veiculadas as reportagens estudadas vivíamos um período em que a imprensa se aproximava de setores liberais da sociedade e tentava apagar qualquer marca de associativismo com os golpistas de 1964; assim, percebemos no discurso das fontes pode-se dizer até uma certa simpatia pelos militantes guerrilheiros, apesar de em alguns momentos serem também identificados como “terroristas”. É o que vemos nas construções “mulher brava, de liderança fácil”, enquanto que o marido de Dina é descrito como “Antonio da Dina”, subvertendo as desigualdades de gênero.

Neste ínterim, é interessante considerar cada periodização acerca da memória que a própria sociedade brasileira construiu sobre o regime militar. Segundo Marcos Napolitano, a memória hegemônica sobre a ditadura se formou no processo de afastamento político entre liberais e os militares no poder. Este processo se finalizou em meados de 1970, quando o campo liberal passou a criticar a censura, o arbítrio no campo legal e o estatismo na economia. Nesse momento, os setores liberais passaram, inclusive, a incorporar alguns discursos da esquerda. A imprensa liberal que ajudou a derrubar Goulart mudou seu discurso ao longo dos anos. Isso aconteceu porque a imprensa conseguiu através deste feito apagar seu papel enquanto mantenedora do regime. Claramente não se

trata apenas de cinismo por parte dos envolvidos, mas de uma construção da memória social que implica tensões, mudanças de posições e identidades no presente (NAPOLITANO, 2015).

O historiador destaca três momentos sobre a construção da memória social sobre o regime militar: o primeiro entre 1964 e 1974, em que temos o golpe de 1964, a derrota do reformismo de esquerda, a luta armada, maio de 1968, a derrota da esquerda no campo da luta armada e o trauma advindo deste fato, a partir de 1973, com a aniquilação da guerrilha. A segunda fase corresponde ao período de 1974 a 1994, momento no qual com o fim do regime e a posse do novo governo, passa a ser veiculada a imagem da ditadura como “lacuna histórica” e “usurpação do Estado pelo autoritarismo” (*Ibidem*). A terceira fase corresponde aos anos de 1995 a 2004, quando o Estado passou a criar uma política de memória, sustentada na memória das vítimas do regime. Chegara o momento das leis de reparação. A quarta fase, de 2004 a 2013, uma das mais complexas, porque de um lado temos as ações que visam ao aprofundamento de uma política de memória por parte do Estado, nos governos petistas, enquanto que de outro, temos a busca por revisionismos, por parte da sociedade civil, que marca uma fissura na memória hegemônica sobre o regime militar, construída desde 1970.

Bem, considerando as quatro fases da construção da memória sobre o regime militar, nas quais também se inserem nossas diferentes fontes – interpretadas como veículos de memória acerca das guerrilheiras do Araguaia – destacamos como esses diferentes veículos buscaram construir visões a respeito das mulheres que participaram da guerrilha. Considerando o período a que estão relacionadas, essas fontes procuram criar uma imagem a respeito dessas mulheres como mulheres ativas na atuação na guerrilha. Como vimos, no momento em que a sociedade passa a exigir a abertura democrática mais fortemente, os jornais também passam a expressar uma visão mais condescendente com militantes de esquerda. Nos artigos selecionados do *jornal O Estado de São Paulo*, pudemos perceber a representação das guerrilheiras modificadas em suas respectivas décadas, de acordo com o fato de que também a mobilização pela justiça social e por eleições diretas passou a ser mais presente no debate público. A imprensa modifica o discurso a respeito delas ao longo dos anos, de acordo com a modificação da memória social construída sobre o regime militar.

É possível perceber nas reportagens do *O Estado de São Paulo* nos anos 1970, uma representação das guerrilheiras como mulheres violentas, terroristas, pouco preocupadas com as

sociedades que elas pretendiam defender, embora seja possível perceber um interesse em representá-las, expondo até mesmo certa curiosidade. Ao longo dos anos, 1990 e 2000, essa representação muda, e o jornal passa a contribuir para a construção de uma imagem das militantes como vítimas do regime militar, endossando o debate na sociedade sobre a esquerda como vitoriosa no campo da memória. Em inúmeras reportagens, o periódico dá voz aos familiares de mortos e desaparecidos políticos que pretendem encontrar seus mortos. Deste modo, é possível perceber a tentativa da construção de uma memória das vítimas da ditadura.

Conforme destaca Joan Scott, historicamente os atributos construídos como femininos, tais como a arte do cuidado, a doçura, e a feminilidade foram aspectos inferiorizados nas sociedades ocidentais (SCOTT, 1990). Já as características tidas como masculinas, como a seriedade, a virilidade e a força física foram exaltadas. Nesse sentido, as guerrilheiras, ao recusarem-se a performar aspectos de feminilidade em razão das próprias exigências das organizações políticas, são representadas pelo *Estado de São Paulo* nos anos 1970 e 1980 como mulheres “perigosas”, “bravas” e “assassinas”; neste caso, os aspectos negativos são ressaltados, uma vez que essas mulheres se recusaram a ocupar o espaço que lhes era relegado no período, isto é, o ambiente do cuidado dos filhos, da família e do lar. Obviamente, militantes de esquerda, de modo geral, eram vistos como terroristas pela grande imprensa, porém, é possível argumentar que as mulheres contavam com um agravante pelo fato de serem mulheres e não performarem características do feminino.

Já no periódico “Resistência”, desde o início dos anos 1970, quando o jornal passou a circular, podemos encontrar uma tônica de defesa dos guerrilheiros e demais vítimas. Assume-se a defesa dos familiares dos mortos contra os arbítrios militares, motivo pelo qual foi censurado em diversas edições (MELO e SARMENTO-PANTOJA, 2020).

Percebemos que nos artigos publicados no *Estadão* a partir da década de 1990 há uma tentativa de destacar os feitos dos guerrilheiros e das guerrilheiras no processo de construção da guerrilha no campo, expressando a memória hegemônica do período, que “toma” o lado heroico dos feitos dos guerrilheiros. Deste modo, nos perguntamos o porquê do interesse em representar as guerrilheiras como pessoas que construíram ativamente a guerrilha? Por que a insistência em as representar como guerrilheiras bravas e exemplares?

É possível argumentar que o fato de as mulheres serem militantes já era algo considerado pela própria sociedade conservadora da época como desviante. Ser guerrilheira significava subverter os limites do gênero e ultrapassar as barreiras impostas às mulheres, que idealmente deveriam ser boas esposas e exemplos maternos. Podemos refletir que representar as guerrilheiras como personagens ativos na guerrilha parece cumprir o papel de provocar curiosidade e chamar a atenção do público leitor. Para Lidia Schneider Bristot, as mulheres revolucionárias eram consideradas “fora da norma”, algo a ser destacado nas reportagens. Para a imprensa, chamava a atenção também a figura da “loira dos assaltos”, que além de terrorista, era bonita (BRISTOT, 2017).

Paralelamente às reportagens elencadas, há outras encontradas no mesmo jornal que pretendem representar essas militantes. Tratam-se de revolucionárias, que a mão-armada, realizam expropriações em bancos e lojas. Ganha então destaque a tópica da militante loira e assaltante. Este outro tipo de reportagem, embora não trate das guerrilheiras rurais, foco deste artigo, mostra como as revolucionárias causavam curiosidade, interesse na sociedade da época. Isso porque, como mencionado, essas mulheres rompiam as barreiras de gênero, o que pode explicar, aliás, o interesse de OESP em representar as guerrilheiras do Araguaia como mulheres de ação <sup>13</sup>. Ou seja, destacar o papel das revolucionárias como ativo implica em chamar a atenção do público a partir de análises de cunho sensacionalista e que repetidamente destacam o caráter esdrúxulo de suas ações.

Segundo Marcos Napolitano (2015) e Daniel Aarão Reis Filho (2014), a memória sobre a esquerda guerrilheira não só se torna disseminada na sociedade brasileira, como também é modificada de acordo com seu contexto de produção, na medida em que se passa a defender o passado de lutas, o que acaba por esconder o aspecto ofensivo do projeto socialista de sua empreitada (REIS FILHO, 2014). Ao mesmo tempo, passa a ser veiculada a representação da esquerda como jovens heroicos que deram a vida por uma nobre causa. Tratam-se de construções da memória social sobre o regime militar que foram afirmadas, sobretudo, a partir dos debates a respeito dos embates entre a esquerda e os militares envolvidos na luta ditatorial.

A visão expressa nos artigos dos anos 2000, do jornal *O Estado de São Paulo*, exprime o papel democrático da busca por documentos e informa sobre a luta dos familiares dos desaparecidos

---

<sup>13</sup> As reportagens a que me refiro são “Loira chefia bando”, OESP, 1968. “Terroristas estão ligados a assalto”. 6.08.1968, OESP. “Cinco roubam 100 mil em cinco minutos”. OESP, 28.02.1969.

políticos. Essa visão parece bastante afinada à memória hegemônica sobre a ditadura, conforme afirma Marcos Napolitano, segundo o qual neste momento, a sociedade procurou retomar o período ditatorial do ponto de vista da “lacuna histórica” e “tempo do arbítrio”, apagando a colaboração que a sociedade civil exercera para a manutenção do regime. (NAPOLITANO, 2015)

### **Considerações finais**

Os artigos produzidos pelo jornal *O Estado de São Paulo* modificam suas perspectivas a respeito das guerrilheiras, em diversos momentos. Nos anos 1970, as guerrilheiras foram representadas como mulheres temíveis, que disseminavam ideias antirreligiosas e que já assassinaram traidores (caso de Dina), mas também mulheres valentes, o que quer dizer que eram mulheres bem adaptadas à guerrilha rural e prontas para o combate armado quando necessário. Esse discurso parece estar afinado à memória hegemônica do período, segundo a qual considerava os guerrilheiros “terroristas”, embora também passe a considerar a ditadura como uma “lacuna histórica”, ainda percebemos que a tônica em relação aos militantes está para denunciar as ações dos guerrilheiros. Tais representações parecem dialogar com o momento de incertezas da abertura política no país. Em agosto de 1979, foi promulgada a Anistia. A atmosfera de debates para que fosse aprovada a lei incorpora inúmeras discussões relacionadas à abertura política, como a abertura do país aos exilados, o apelo ao perdão dos militares e o esquecimento do passado sombrio, marcado por torturas, perseguições e violência política.

Para concluir, é possível ainda discutir a respeito das representações das mulheres na sociedade brasileira ao longo das décadas de 1970 a 2000, pensando que a partir dos anos 1970 temos a incursão mais expressiva das mulheres no mercado de trabalho e o uso da pílula anticoncepcional; fatores que se intensificaram nos anos 1980 e 1990. No entanto, subsistiu na sociedade a representação do ideal de mulher, dona de casa e mãe. Tal imagem feminina perpassa essas décadas e com maior ou menor incidência está presente ainda hoje. Durante a ditadura militar, por exemplo, as mulheres guerrilheiras, conforme destaca Ana Maria Colling (1997), burlaram dois poderes: o da sociedade patriarcal, contrária à participação da mulher na política; e as ideias machistas presentes dentro dos próprios grupos de esquerda, que impunham diversos entraves para a plena participação da mulher na luta armada.

Durante os anos 1970, o *Estadão* representou as militantes como “bravas e de liderança fácil”, enaltecendo seu papel de liderança, porque de fato, era absolutamente incomum para o período a ocupação do espaço público pela mulher, fator que é reforçado pelo fato de elas participarem da guerrilha e serem incluídas pelo jornal no grupo dos chamados “terroristas”.

De maneira bastante diferente são representadas as guerrilheiras no periódico *Resistência*. As guerrilheiras são vistas como mulheres lutadoras e as famílias com o pleno direito de lutar para recuperar a memória dos familiares, cujos corpos até hoje não foram encontrados no Araguaia. Até hoje apenas 2 guerrilheiros tiveram as ossadas identificadas e foram sepultados pela família: Maria Lucia Petit da Silva e Bergson Gurjão<sup>14</sup>.

A partir da comparação entre as duas narrativas construídas pelos dois jornais podemos compreender melhor como as guerrilheiras foram representadas ao longo dos anos e como o tema do Araguaia suscitou inúmeros debates na imprensa, a despeito de ser um assunto sobre o qual pairam vários hiatos e silêncios, o que pode ser explicado pelo negacionismo que é associado ao tema, e a falta de registro por parte dos sobreviventes. Durante muito tempo, os militares tenderam a negar as torturas impingidas aos militantes. Do mesmo modo, a sociedade negou o ocorrido, por ser mais fácil do que acreditar que isso tenha de fato acontecido. (SOUSA, 2016, p.46).

Crimeia Alice Schmidt de Almeida negou durante muito tempo sua militância na Guerrilha do Araguaia, porque o evento foi negado pelas autoridades durante décadas e apenas recentemente a sociedade assumiu que o conflito no Norte do país realmente existiu. Ao contar suas memórias para Margareth Rago, Crimeia diz “Aí você fala, da guerrilha do Araguaia, e dizem: ‘mas essa guerrilha não existiu!’ (RAGO *apud* SOUSA, 2016, p. 46). Segundo Seligmann-Silva, a indizibilidade do testemunho ganha peso enquanto o negacionismo trata da irrealidade do vivido e afirma a impossibilidade de que algo tão excepcional possa ter acontecido (SELIGMANN-SILVA, 2005). O teor da irrealidade desconstrói o teor de realidade do restante do mundo.

---

<sup>14</sup> Consultar o artigo: “Identificado segundo corpo de guerrilheiro do Araguaia”. *Estadão*. 7 jul 2009.

## Referências bibliográficas

### Fontes:

- ‘Encontrem Jana!’. Responsabilizo alguns generais: Antonio Bandeira, Hugo Abreu, Fragomeni, Médici...” Resistência, 9, 1979, pp. 18-19.
- “A dor de quem não teve a chance de enterrar seus mortos”. O Estado de São Paulo, 07/04/1996.
- “Araguaia, efetivo chegou a mil”. O Estado de São Paulo, 14/09/1978.
- “Curió rompe silêncio e fala de mortes no Araguaia”. O Estado de São Paulo. 04/03/2004.
- “Em Xambioá, a luta é conta guerrilheiros e atraso”. O Estado de São Paulo, 24/07/1972.
- “Família enterra guerrilheira assassinada no Araguaia criticando omissão do PCdoB”. O Estado de São Paulo, 17/06/1996.
- “Greenlagh quer reabrir processo sobre Araguaia.” O Estado de São Paulo, 25/05/2001.
- “Guerrilha ainda é motivo de polêmica no Araguaia”. O Estado de São Paulo, 24/05/1996.
- “Hugo Abreu nega ter admitido torturas”. O Estado de São Paulo, 13/09/1978.

### Referências:

- AQUINO, Maria A. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.
- BASTOS, Natalia. **Elas por elas**: trajetória de uma geração de mulheres de esquerda no Brasil – anos 1960-1980. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007. 138 fl.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.
- BRISTOT, Lidia Schneide. Jovens rebeldes: gênero e juventude na Ação Libertadora Nacional e no Movimento de Liberación Nacional-Tupamaros (1966-1973). In: \_\_\_\_\_; Cintia Lima CRESCÊNCIO; SILVA, Janine Gomes da. **Histórias de gênero**. São Paulo, Verona, pp. 298-317.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia** – A esquerda em armas. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

CARVALHO, Luís. Na trilha do “povo da mata”. In: *Resistência*, dez.1980

\_\_\_\_\_. Nota aos leitores In: *Resistência*, julho de 1979.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira. A vida feminina nos anos de chumbo: representações femininas no Brasil dos anos 1960 e 1970. **Revista Quipus**, Ano 1, n° 1, p.83-101, dez. 2011/maio 2012.

CAVALCANTI JÚNIOR, Ary Albuquerque. **“Para não dizer que não falei das flores”** :Memórias de mulheres na resistência à ditadura civil-militar (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2016. 125f.

\_\_\_\_\_. **As Dinas do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar**. Tese (Doutorado em História) - Campus Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados, 2020. 216 f.

\_\_\_\_\_. As mulheres brasileiras na ditadura civil-militar: avanços e abordagens em quase quatro décadas de resistência. **Fronteiras: Revista de História**. Dourados, MS, v.20, n.36, pp.177-199. jul/dez.2018.

\_\_\_\_\_. COLLING, Ana Maria. Dina do Araguaia: relações de poder e resistência na Guerrilha do Araguaia. In: NADER, Maria Beatriz e MORGANTE, Mirela. (Org). **História e Gênero**, Vitória: Ed. Mil Fontes, 2021, pp.57-78

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CONRADI, Carla Cristina N. **“Memórias do sótão”**: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 2015. 267 fl.

CORREA, Carlos Hugo Studart. **Em algum lugar das selvas amazônicas**: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). Tese (Doutorado em história). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em História. 2013. 619 f.

- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35,p.253-270, dez. 2007
- FERREIRA, Xavier Elizabeth. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- INSUELA, Julia Bianchi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada**: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil: 1968/1971). Dissertação (Mestrado em História) – Campus Valonguinho, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, 219f.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Século XXI, 2002.
- MAIA, Iano Flavio, DANTAS, Renata SAVIGNANO, Veronica. **Guerrilheiras do Araguaia**: os caminhos de quatro jovens militantes. Campinas: Puc-Campinas, 2004.
- MELO, Ivania; SARMENTO-PANTOJA, Tânia. A poética da resistência nos poemas sobre a Guerrilha do Araguaia: o corpus do jornal Resistência. In: **Aletheia**, Buenos Aires, vol.11, n.21, p.1-24, dez./2020 - maio./2021
- MORAIS, Tais; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar. (1964-1985). São Paulo: Intermeios, 2017.
- \_\_\_\_\_. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, pp. 9-44, 2015.
- NOSSA, Leonêncio. MATA! - **O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Maria Claudia. **Mulheres na luta armada**. São Paulo: Alameda, 2018.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1993.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres ditaduras e memórias** - “Não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura. (1969-1973). In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, pp. 367-379, maio-ago. 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, pp. 77-99, 1995.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, São Paulo, v. 30, pp.71-98, jun. 2005. Acesso em: 13 mar. 2023.

SOUSA, Deusa Maria de. **Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia.** Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011. 235f.

TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972- 1974). **Revista História – Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 3, pp. 464-480, set./dez. 2014.

WOLFF, Cristina Scheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960- 1985). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 13, pp. 124-130, 2009.

\_\_\_\_\_. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul. (1968-1985). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, pp. 19-38, 2007.